



**DIPLOMACIA DE ENGAJAMENTO SUBJACENTE DO BRASIL PELO ASSENTO PERMANENTE NA LIGA DAS NAÇÕES E NAÇÕES UNIDAS.**

**DIPLOMACY OF ENGAGEMENT OF BRAZIL UNDERLYING THE PERMANENT SEAT IN THE LEAGUE OF NATIONS AND THE UNITED NATIONS**

Andréia Bispo<sup>1</sup>; Lucas Batista<sup>2</sup>

**RESUMO**

O principal objetivo do presente estudo é de demonstrar o engajamento do Brasil na busca por um assento permanente no Conselho da Organização das Nações Unidas, atuando em papéis importantes no cenário mundial. Membro fundador da Liga das Nações em 1919, 1926, depois das Nações Unidas em 1945 e efetuando sua definitiva proposta para membro permanente em 1994, seguindo 2011 e 2015 o Brasil atuou em destaque na ordem mundial com passagens positivas e negativas a postura brasileira. Passando brevemente pelo contexto histórico da política externa presidencialistas, (Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Getúlio Vargas, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) para uma análise crítica das decisões brasileiras em busca pelo assento permanente. Enfatizando a política externa de engajamento subjacente, voltada a assuntos internos e irrelevantes no cenário mundial, deixando conquistas e frustrações para a imagem do Brasil no sistema internacional. A metodologia usada foram estudos bibliográficos, artigos científicos e periódicos.

**Palavras-chave:** Assento permanente. Liga das Nações. Política externa. Relações internacionais. Nações Unidas.

**ABSTRACT**

The main objective of this study is to display Brazil's engagement in the search for a permanent seat in the Council of the United Nations, acting in leading roles on the world stage. A founding member of the League of Nations in 1919, in 1926, after the United Nations in 1945 and making his final proposal for a permanent membership in 1994, following 2011 and 2015 when Brazil acted highlighted in world order with positive and negative passages of posture. Turning briefly the historical context of the presidential foreign policy, (Pessoa, Artur Bernardes, Getúlio Vargas, Itamar Franco, Luiz Inacio Lula da Silva and Dilma Rousseff) for a critical analysis of Brazilian decisions in pursuit of a permanent seat. Emphasizing the underlying foreign policy engagement, focused on internal affairs and irrelevant on the world stage, leaving achievements and frustrations to Brazil's image in the international system. The methodology used was bibliographic studies, scientific journals and articles.

**Keywords:** Permanent seat. League of Nations. External politics. International relations. United Nations.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração – e-mail: and.bispo@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração – e-mail: lucasdiegori@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a República Velha, o principal ator foi Rui Barbosa, representante do Brasil, que segue buscando reconhecimento internacional. Já nesse período o Brasil não tinha uma política externa clara, devido a conflitos internos e externos. Isso trouxe um grande desafio que não foi entendido pelos políticos brasileiros, como parcerias comerciais e econômicas, sua interpretação desde então segue na linha de pensamento como um trampolim para o poder político internacional. Tal postura denota, percebe-se hoje nas relações externas do Brasil, uma trágica obsessão pelo assento permanente. Essa interpretação da política brasileira não trouxe caminhos de prestígios como desejou Rui Barbosa, tendo como exemplo a vergonhosa dívida do Brasil na Nações Unidas. Então travou-se uma batalha e disputa obsessiva pelo assento permanente na Liga das Nações<sup>3</sup> e depois nas Nações Unidas<sup>4</sup>.

Rui Barbosa em 1907 encarregado de delegar a II Conferência da Paz, em Haia, lutou bravamente pelo princípio da igualdade entre as Nações. Tal representação lhe deu o apelido de “O Águia de Haia”, sendo uma atuação respeitável e memorável, que garantiu a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Os autores afirmam que:

No ano de 1907, durante a realização da II Conferência de Paz, em Haia, o Brasil enviou como seu representante Rui Barbosa, que defendeu arduamente a necessidade de as potências da época reconhecerem o Brasil como uma nação civilizada, de forma a eliminar a desigualdade de tratamento entre países desenvolvidos e os periféricos (se traduzirmos para os termos atuais). Assim, Rui Barbosa defendeu a tese do que hoje se conhece como o princípio da igualdade soberana entre os Estados, mais tarde reconhecido como uma das linhas mestras e basilares dentro da própria Carta da ONU. (GOMES; WINTER, 2015).

## 2 LIGA DAS NAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Braga (2008) muito antes da criação da Liga das Nações o Brasil desempenhou um pequeno, mas importante, papel na 1ª Guerra Mundial<sup>5</sup>, sendo o único país da América do Sul a participar diretamente no conflito, mesmo que pequena a participação, isso trouxe alguns benefícios para a nação brasileira. Com isso o Brasil ganhou sua passagem de ida para a busca pelo assento permanente como membro não permanente na Liga das Nações entre 1920 a 1925. Sendo cinco os países permanentes, EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão e os quatro não permanentes, Brasil, Bélgica, Grécia e Espanha.

A análise da autora é que:

O Brasil buscando pela 1ª vez um papel de protagonista no cenário internacional e como membro rotativo, manifestou em vetar a entrada da Alemanha na Liga para lançar sua candidatura permanente. Cujo o a base foi desse argumento estratégico foi as dimensões continentais e demográficas, tendo um papel importante na América do Sul. A ideia também é de que o Brasil foi o único país a participar militarmente da 1ª Guerra Mundial, causando um grande peso e consolidação

---

<sup>3</sup> A Liga das Nações foi uma Organização Internacional, criada por países vencedores da 1ª Guerra Mundial em Versalhes, para firmar um acordo de manter a paz mundial.

<sup>4</sup> Após a falha da Liga das Nações, surgiu em 1944 as Nações Unidas com o objetivo de manter a paz mundial.

<sup>5</sup> 1ª Guerra Mundial, foi a guerra global centrada na Europa envolvendo grandes potências por disputas imperialistas.

diplomática com posição valorizada dentro da Liga e com fortes relações com a Europa e com os Estados Unidos. (BRAGA, 2008).

O Brasil tinha como representante na Liga das Nações, Epitácio Pessoa que já atuava como embaixador da política externa brasileira onde chefiava a Conferência de Paz em Paris<sup>6</sup> em 1919, substituindo Rui Barbosa, reivindicando indenizações pelas sacas de café apreendidos na Guerra por Alemães, quando foi incumbido a assumir o cargo da presidência,

Como foi o único país a América do Sul a se pronunciar, participando diretamente da guerra, liderou assim sua posição na Conferência de Paz, que deu origem ao Tratado de Versalhes<sup>7</sup>, sendo o Brasil convidado a participar da comissão de dez membros que redigiu o Pacto da Liga das Nações.

Com o apoio dos Estados Unidos, o Brasil teve a oportunidade de participar como membro temporário do Conselho da Liga, essa chance foi vista como vitória e reconhecimento das parcerias com grandes potências, colocando-o no cenário Mundial como protagonista também.

Esse período foi ainda mais marcado pelo fato de que os Estados Unidos não tiveram interesse de ratificar o Tratado de Versalhes, deixando o Brasil em uma posição relevante, sendo o único país Americano a participar do Conselho, e assim assumir o papel de porta voz da América.

Com a saída dos Estados Unidos da Liga, o Brasil se candidatou para o assento permanente, mas não foi aceito pelo fato de ser uma potência média e não reconhecida no cenário internacional.

O fato de as grandes potências terem o poder de veto levava as médias e pequenas potências a ficarem recuadas, pois o abuso político era visível. Para o Brasil poder disputar o assento permanente, ele argumenta que os poderes ficariam concentrados apenas na Europa e isso faria da Liga uma causa injusta, já que o propósito era a reorganização das relações internacionais e a paz entre as nações. Por não ter nenhum país do continente americano, não era uma proposta justa. O Brasil briga arduamente no governo de Artur Bernardes que deixa claro com sua famosa frase, 'vencer ou não perder', sendo proposto aumentar dois assentos permanentes, sendo um para Espanha e outro para o Brasil.

O que impedia de fato o Brasil, seria o desinteresse nas relações dos problemas do continente Europeu, onde o Brasil buscava em seus interesses e objetivos particulares, o poder político e inserção internacional ou protagonismo. Isso ficou claro pelo comentário de um representante britânico na Liga das Nações:

Dizia um representante britânico, em 1921, que o grande interesse demonstrado pelos brasileiros com relação à Liga das Nações explicava-se provavelmente não porque têm o menor conhecimento ou interesse pelos problemas europeus atuais, mas simplesmente porque a indicação de brasileiros notáveis para postos importantes no Conselho e na Corte Permanente [de Justiça Internacional] aumenta o orgulho nacional. (SANTOS, 2003, p. 88).

Mais uma infeliz jogada brasileira pelo assento, onde tais interesses, desde essa época contam como duplo interesse não dando ao Brasil a credibilidade de um país soberano e

---

<sup>6</sup> A Conferência de Paz de Paris contou com a presença de representantes de 32 países (aliados ou neutros), tendo sido politicamente dominada pelos três grandes vencedores da Primeira Guerra Mundial: EUA, Reino Unido e França.

<sup>7</sup> Tratado de Versalhes foi o acordo assinado pelas potências vencedoras da 1ª guerra mundial que encerrou oficialmente a guerra.

participativo nas relações internacionais, com políticas claras para o bem de todas as nações. Pois sua jogada para ser protagonista no cenário internacional levará o Brasil a uma corrida trágica que não resultará em nada significativo ou produtivo e sim uma estratégia lamentável, dívidas acumuladas e caráter duvidoso, sendo visível ao mundo, e demonstrando o interesse particular.

### 3 GOVERNO ARTUR BERNARDES (1922 – 1926)

Porém ainda fatos mais marcantes aconteceram no governo de Artur Bernardes. Ainda na incessante busca pelo assento permanente, o presidente Artur Bernardes teve um papel de muitas versões nas discussões de Relações Internacionais, pelo seu engajamento. O Brasil ocupou um lugar de destaque no conselho como membro não permanente por 4 anos seguidos. Contudo isso não foi suficiente, Bernardes queria ser membro permanente, o que foi justificado pela ausência dos Estados Unidos e a criação de um novo assento no Conselho, pois sua posição geográfica era um argumento cabível. Seu governo mudou a diplomacia externa num objetivo constante busca do direito ao assento permanente na Liga das Nações.

Essa busca foi enfatizada pela campanha que o Brasil intensificou em 1925 para divulgar seu objetivo de obter um assento permanente na Liga, era tão grande que a cada manifesto em Genebra, era divulgado nos jornais brasileiros do Rio de Janeiro:

Em 1924, o governo brasileiro dá início a uma campanha no Brasil, intensificada em 1925, para divulgar seu objetivo de obter um assento permanente no Conselho da Liga, o que passa a ser divulgado nos jornais cariocas pró-governo com muita intensidade. Na época, o embaixador francês no Rio de Janeiro, Alexandre Conty, escreve a Paris repetidas vezes sobre a atenção apaixonada que o Ministro Félix Pacheco demonstra com relação ao papel brasileiro na Liga. O embaixador menciona que “assim que um representante do Brasil se manifestava em Genebra, seu gesto era informado a todos os jornais do Rio de Janeiro. (CONTY, 1995 apud SANTOS, 2003).

Com o Acordo do Locarno<sup>8</sup>, que reintegrou a Alemanha na Liga, o Brasil não se opõe de imediato, apoia e até consente a candidatura da Alemanha. Porém quando a entrada da Alemanha é mais pertinente que a do Brasil, (ou seja no lugar do Brasil) o jogo de Bernardes muda completamente. Essa estratégia oportuna de busca e luta levou o Brasil, a vetar a entrada da Alemanha no Conselho que, por sua vez, significou a retirada definitiva do Brasil na Liga.

Confirma Baracuhy (2006) que:

O Brasil percebe o dilema que se operava no tabuleiro multilateral: ou a Liga reconhecia o valor de sua candidatura ao sistema que se pretendia universal, ou daria provas de que era efetivo instrumento da política do poder europeia. Evidentemente uma reforma ampla do Conselho, contemplando a Polônia, o Brasil e a Espanha, diluiria o prestígio diplomático que uma admissão exclusiva traria para a Alemanha no palco das grandes potências.

Em 8 de fevereiro de 1926, a Alemanha apresenta seu pedido de admissão à Liga das Nações. O Conselho resolve convocar uma Assembleia Extraordinária para votar a questão a partir de 8 de março.

---

<sup>8</sup> Acordo do Locarno, permitiu que a Alemanha fosse admitida na Liga das Nações.

O Brasil avaliou como "postura desleal" a atitude alemã de pleitear sua entrada exclusiva no Conselho, uma vez que o país se comprometera a apoiar a Alemanha em 1924. (BARACUHY, 2006).

Tal Fracasso foi seguido de muitas opiniões, dando várias versões para a disputa pelo assento permanente da Liga, onde muitos culpam esse fracasso ao presidente Artur por prestígios internos e outros a pressão de países europeus para barrar a entrada da Alemanha, ou a falta de apoio dos países latinos americanos, culminando as chances brasileiras pelo assento.

Contudo o Brasil se manteve isolado cada vez mais, sendo a Alemanha a preferida dos países pela maioria no assento permanente.

Na visão de Braga (2008), nota-se que:

Essa posição unilateral e intransigente foi determinante para levar o país a retirar-se da Liga e perder a oportunidade de uma negociação mais estratégica. Por outro lado despertou a atenção para a necessidade de se buscar uma organização multilateral de fato. A necessidade de inserir internacionalmente a diplomacia de Artur Bernardes, a constante busca pelo prestígio, uma diretriz diplomática marcada por um jogo de soma zero, um comportamento egoísta nortearam a política brasileira na Liga das Nações. É verdade que o Conselho de Segurança era um palco onde as pequenas e médias potências, apesar de algumas possuírem o direito provisório de veto, não tinham poder de voz de fato. Qualquer atitude que contrariasse as grandes nações teria como reflexo um fator negativo para os países que quisessem agir em interesse próprio. Foi de fato o que aconteceu com o Brasil. E sabendo dessa sua limitação de poder o governo de Artur Bernardes não deveria ter sido tão intransigente em sua posição e ter buscado uma negociação que fosse benéfica para o país e não somente um ponto de apoio para sua política interna que estava um fracasso no período em questão. Por fim, seu objetivo último não foi alcançado e no final, foi o Brasil que perdeu com toda essa “estratégia” de política externa brasileira. (BRAGA, 2008).

#### **4 BRASIL NA REFORMA DO CONSELHO DAS NAÇÕES UNIDAS EM 1945**

Depois do isolamento brasileiro em 1926, por causa da frustrante estratégia e retirada da Liga das Nações no governo de Artur Bernardes, o Brasil só veio a se interessar novamente em 1944 no governo de Getúlio Vargas, com o convite e apoio do Presidente Roosevelt dos Estados Unidos, pois a jogada dos Estados Unidos era apoiar o Brasil, que tinha o medo de que o assento fosse ocupado por um país Islâmico.

Como informa Garcia (2012 apud HAAG, 2012, grifo do autor):

A história, porém, revela que a pretensão de ser o “sexto membro” do conselho não é fruto de uma visão distorcida, mas fez parte da agenda da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em seus primórdios. “Em 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks, que reuniu as potências aliadas, foram aprovadas propostas para a criação de uma nova organização internacional encarregada de manter a paz futura, pela força se necessário. O Brasil, ausente do encontro, foi o único país a ser cogitado como detentor de uma sexta cadeira permanente no futuro Conselho de Segurança”, conta o diplomata Eugênio Garcia, professor titular do Instituto Rio Branco e autor de *O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU* (Contraponto). A sugestão partiu do presidente Roosevelt, que instruiu sua delegação a trabalhar pela candidatura brasileira. Fazer parte do órgão que realmente detinha o poder na ONU, responsável pela segurança global, era um sonho de consumo, privilégio dos chamados Quatro Policiais:

Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e China. A França, posteriormente, se juntaria a eles e formaria o grupo dos P-5.

Essas sugestões de um sexto assento no Conselho ocorre antes mesmo de o Brasil ser informado, e só soube porque foi divulgado na minuta da Carta, pois foi o único país a ser cogitado a ter um assento permanente nas reuniões do Conselho, pelo Estados Unidos. Vargas se engaja na busca pelo assento, visando o multilateralismo e crescimento econômico do Brasil, na chamada reforma do conselho, cujo o nome após a reforma, é Organização das Nações Unidas.

Com a Segunda Guerra Mundial, em 1939, deu-se por extirpada a Liga das Nações, que não manteve seus objetivos alcançados, como o de manter a paz entre as nações. Pois a Liga trabalhava com acordos e sanções, caso houvesse a necessidade da força militar seria utilizada a dos membros, isso parecia ser suficiente para manter relações saudáveis. Perante a Segunda Guerra constatou –se o desequilíbrio e anarquia global. Porém com a nova reforma teve um aumento de membros na ONU, sendo 5 membros permanentes, França, China, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido, os membros não permanentes passaram para 10 com maior poder decisório e de veto. (CERVO, 2009).

Afirmam os autores então que:

A presente busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas remonta à atuação brasileira no Conselho da Liga das Nações, nos permitindo realizar comparações quanto às convergências e divergências da atuação brasileira. A aspiração hoje é viabilizada pelo incremento das capacidades efetivas brasileiras e pela diferença de abordagem diplomática. A questão é defendida pelo Itamaraty não como uma forma de representar a América Latina, mas sim como um mecanismo de tornar o Conselho mais representativo. Ou seja, o Brasil não se coloca mais enquanto representante dos seus vizinhos latino-americanos; ele coloca-se enquanto uma nação representativa do continente e em nenhum momento visa substituí-los. (PASSOS; COARÁ; AMAZARRAY, 2003, p. 83).

O Brasil manteve uma política de alinhamento com os Estados Unidos, mas seus vizinhos da América do Sul, principalmente a Argentina, não estavam tão alinhados e tão dispostos a apoiar o Brasil para um lugar no Conselho, pois a ligação forte do Brasil com Washington, visava uma fomentação por crescimento econômico, que teve um afastamento dos países latinos gerando desconfiança da postura brasileira. No entanto, o Brasil precisava da Argentina e não queria causar um mal estar, sendo assim, a postura de Vargas oscilava muito em ambos os países.

A resistência da Inglaterra e da União Soviética eram barreiras desde a época de Rio Branco, pois a justificativa destes países para não apoiarem o Brasil é de que teriam voto duplo, ou seja os Estados Unidos seriam responsáveis pelo desempenho brasileiro no Conselho, onde o país necessitava de uma força militar relevante para compor o assento também. Vargas fazia questão de participar da política externa e apostava na simpatia que Roosevelt manteve pelo Brasil por intermédio de Oswaldo Aranha (Chanceler Brasileiro), por isso apostava nas negociações bilaterais para barganhar o assento permanente. O Brasil então conseguiu participar da Conferência de São Francisco<sup>9</sup> em 1945, aceitou os termos da Carta das Nações Unidas<sup>10</sup>, mas tentou incluir uma revisão do documento de cinco em cinco anos em

<sup>9</sup> Reunião que criou o Tratado de São Francisco que pois fim oficialmente na 2ª Guerra Mundial

<sup>10</sup> Acordo que forma e estabelece a Organização das Nações Unidas, onde a Carta postula obrigações que as Nações Unidas prevalecem a qualquer tratado.

busca de seu lugar no Conselho, que não teve sucesso. Em 1946 participou da 1ª reunião do Conselho como membro não permanente. Ganhou destaque no Conselho tendo como mérito o discurso inicial de abertura da reunião da Cúpula, isso significou muito ao Brasil sendo marcado como sinal de vitória:

Os discursos de abertura dos debates da Assembleia Geral da ONU-que são, por costume, iniciados pelo Brasil-têm sido, tradicionalmente, utilizados para que o representante brasileiro na ocasião expresse a visão do país em relação ao resto do mundo, em geral, e do sistema multilateral, em particular. Além disso, essa ocasião tem sido uma oportunidade de expressar os princípios basilares que regem a política externa brasileira. (GOFREDO JUNIOR, 2005 apud SOUZA NETO, 2007, p. 77).

Conforme aponta Haag (2012), durante a Guerra Fria<sup>11</sup>, vários países foram pressionados a ter relações com a União Soviética, para participar da conferência. O Brasil em um posicionamento americanizado, a contragosto manteve relações com Moscou. Porém em 1947, no Governo de Dutra, rompe relações com a União Soviética. O Brasil não satisfeito, planeja mais uma jogada, inseriu Bertha Lutz em defesa dos direitos das mulheres e a participação do brasileiro Oscar Niemeyer que projetou o edifício-sede da ONU, em Nova York, para mais uma tentativa de inserção internacional.

A aposta brasileira na intercessão americana, para a barganha no assento permanente, levou o Brasil a planejar estrategicamente com os Estados Unidos, que esperava colher os frutos de sua lealdade mais tarde, contudo com a morte do presidente Roosevelt, isso passou a ser mais uma jogada falha e estratégica causada por interesses americanos. Após o plano brasileiro quase perfeito, o Brasil não teve o apoio do sucessor de Roosevelt, foi então que deixou de buscar tal sonhado assento. (HAAG, 2012).

## **5 O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA: GOVERNO ITAMAR FRANCO (1993 – 1994)**

O presidente Itamar Franco teve grande influência na corrida para o assento permanente no Conselho de Segurança, acabou assumindo o Governo numa condição muito peculiar, pois substituiu o presidente Fernando Collor de Mello que tinha sofrido processo de Impeachment. Nos dois primeiros anos de seu governo, 1993, buscou superar a seqüela deixada pelo “trauma político”. Logo de início a política externa não foi a sua prioridade. (BRIGIDO, 2010).

No início do seu governo a sua atuação estava voltada para a situação política e econômica interna, restando pouco espaço para a questão externa. Considerando-se a situação de instabilidade e indefinição, as medidas tomadas internamente afetariam a percepção do país no exterior, então era importante demonstrar para a comunidade internacional que o novo governo iria manter a posição do anterior.

Conforme Brigido (2010), as políticas do governo anterior foram mantidas, dentre elas a: constante atuação nas organizações Internacionais, reafirmação dos compromissos de não-proliferação nuclear, integração regional, negociações no âmbito da Rodada Uruguai.

Durante o governo de Itamar, o Itamaraty teve dois ministros das Relações Exteriores: Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Celso Amorim. FHC, assumiu o Ministério das

---

<sup>11</sup> Disputa estratégica de conflitos indiretos dos Estados Unidos e União Soviética.

Relações Exteriores até 21 de maio de 1993, foi quando assumiu o Ministério da fazenda e o Luiz Felipe Palmeira Lampreia como interim.

Ainda segundo a autora, somente com a nomeação de Celso Amorim que a política externa começou a ver mudanças, Amorim definiu a política de Itamar como uma política de cunho universalista e voltada para o desenvolvimento do Brasil.

Foi no discurso de setembro de 1994, que Amorim formalizou as pretensões Brasileiras acerca da reforma. Defendeu um aumento do número de membros permanente e não permanente reivindicando expressamente um assento permanente para o Brasil. (BRIGIDO, 2010).

Como outros países-membros, desejamos que a reforma do conselho de segurança resulte no aumento de sua eficácia. Entendemos que tal eficácia somente será assegurada por uma composição verdadeiramente representativa do conjunto das nações. [...] O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes. (AMORIM, 1994 apud BRIGIDO, 2010, p. 587).

A pretensão para o assento permanente não é novidade pois já vem desde antes da criação da ONU ou seja na Liga das nações e quando foi criado a ONU, o esforço continuou. Durante as negociações acerca da estrutura do novo organismo internacional para a manutenção da paz e da segurança, o Brasil também manifestara a expectativa de integrar os membros permanentes do conselho, expectativa essa que teve por base a esperança de reconhecimento pela participação brasileira ao lado dos aliados, durante a segunda Guerra Mundial.

Brigido (2010, p. 117) aponta que em um artigo publicado na revista Política Externa, em 1993, o Ministro Amorim ressalta que os principais fundamentos para a candidatura Brasileira seriam o seguinte:

- A) O Brasil foi um dos cinquenta e um países signatário da carta da ONU.
- B) O Brasil sempre foi favorável à cooperação Internacional e à solução pacífica de controvérsia
- C) O Brasil contribuiu para com as operações de paz.
- D) O Brasil é o quinto maior país em população, o quinto maior território e a nona economia.
- E) O Brasil contribuiu historicamente definição de princípios acolhidos pela ONU.
- F) O Brasil sempre trabalhou para a consecução dos objetivos da ONU.
- G) No relacionamento regional, mantemos relações de paz duradoura, ao longo de mais de 16 quilômetros de fronteira.
- H) O Brasil projeta sua atividade diplomática em outros, continente como a África, lutando pela paz e não proliferação de armas.
- I) O Brasil é exemplo de convivência multiétnica harmoniosa. (BRIGIDO, 2010, p. 117).

O Brasil passou a participar da discussão de diversos temas da ONU, como, por exemplo, meio ambiente e direitos Humanos. (BRIGIDO, 2010).

No governo de Itamar a corrida pelo assento permanente continuava e para se ter mais vantagens o Brasil participava das operações de paz como, por exemplo (Figura 1):



Figura 1 – Participação brasileira nas operações de paz no Governo Itamar Franco

OPERAÇÕES DE PAZ	DURAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
UNAVEM II <sup>12</sup> (United Nations Angola Verification mission II) (Angola)	Maio/1991 a Fevereiro / 1995	Contribuiu com oito observadores militares, nove observadores policiais, quatro observadores eleitorais e equipe médica.
ONUMOZ <sup>13</sup> (United Nations in MOZambique) (Moçambique)	Dezembro/ 1992 a Dezembro/ 1994	Contribuiu com vinte e seis observadores militares, sessenta e sete observadores policiais, e companhia de infantaria com cento e setenta militares. Também participou com uma equipe de observadores eleitorais e uma equipe médica. Entre Junho e Dezembro de 1994, contribuiu com paraquedista do exército.
UNPROFOR <sup>14</sup> (United Nations Protection Force) (ex-Iugoslávia)	Fevereiro/1992 à Março/1995	Contribuiu com Observadores Militares e Policiais. Participou com trinta e cinco observadores Militares e dez observadores Policiais.

Fonte: Brigido (2010).

Nota: Adaptado pelos autores.

Perante esse quadro pode-se ver que no governo de Itamar Franco, ele esteve presente em algumas operações, mas sempre com o objetivo de se ter o assento permanente.

No Governo do Itamar o Brasil foi Membro não permanente do Conselho, sendo que o seu governo durou somente dois anos. Por esse motivo (ser eleito membro não-permanente pela sétima vez) o chanceler Celso Amorim se candidatou para membro Permanente no final do governo de Itamar em 1994, durante a assembleia geral da ONU. (BRIGIDO, 2010).

## 6 O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA: GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso, assumiu a presidência em 1 de janeiro de 1995, em seu primeiro mandato foi marcado pelo objetivo de estabilização macroeconômica introduzida pela nova moeda (o Real), pelas privatizações das estatais, pelas modificações da legislação de patentes e das reservas nacionais de mercado e papel atribuído ao capital estrangeiro no desenvolvimento do país, aponta (BRIGIDO, 2010).

<sup>12</sup> UNITED NATIONS. UNAVEM II. Disponível em:

<<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Unavem2/Unavem2.htm>>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>13</sup> UNITED NATIONS. UNOMOZ. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/Unumuz.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/Unumuz.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>14</sup> UNITED NATIONS. UNPROFOR. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/Unprofor.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/Unprofor.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

O primeiro ano de Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, coincidiu com o cinquentenário das Nações Unidas, onde se estava tendo grande debate sobre a organização. No dia 26 de junho, em discurso pelo aniversário da ONU, Fernando Henrique abordou, de forma sutil a reforma na organização, especialmente no conselho de Segurança, falando que o Brasil estaria disposto a contribuir com tal reforma, mas sem mencionar a candidatura brasileira, como foi feito no ano anterior, ao final do governo Itamar, pelo então Ministro das Relações Celso Amorim. (BRIGIDO,2010).

Certamente vamos cogitar de algumas modificações na estrutura das Nações Unidas: eventualmente, algumas transformações no conselho de Segurança, ampliando seu respeito ao combate à fome, miséria, sempre solidária. E o Brasil estará disposto, como sempre esteve, a cooperar em todas essas fases das Nações Unidas. Qualquer que venha a ser a posição do Brasil, no futuro no marco das Nações Unidas, elas poderão contar com o nosso apoio, com a nossa ação, sempre que formos chamados. (CARDOSO, 1995 apud BRIGIDO, 2010, p. 128).

Em 15 de julho do mesmo ano foi oferecido um jantar para o presidente da Angola, Fernando Henrique volta a mencionar o tema da reforma, enfatizou que o governo Brasileiro sempre tem apoiado o governo angolano, especialmente por meio das operações de paz da ONU, além de ter sido o primeiro a reconhecer a sua independência e ele ressaltou em fazer uma parceria para a reforma do conselho. Foi grande a sua luta, sempre procurou fazer alianças com outros países para conseguir o seu objetivo e continuou participando das missões de paz da ONU, uma dessas Operações teve início no governo João Goulart (1961), duas delas tiveram início no governo Collor (1990) e outra, no governo de Itamar Franco (1992). (BRIGIDO, 2010).

No governo do Fernando Henrique Cardoso ele participou de algumas missões de paz (Figura 2):

Figura 2 - Participação Brasileira nas operações de paz durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

OPERAÇÃO DE PAZ	DURAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
UNFICYP <sup>15</sup> (United Nations Peacekeeping force in Cyprus) (Chipre)	Início em 04 de março de 1964	Contribuiu com o contingente Militar, por meio de acordo bilateral com a Argentina.  O Brasil só passou a contribuir de fato com o contingente militar em 1995, quando dois militares brasileiros passaram a o batalhão de infantaria Argentino.
UNCRO <sup>16</sup> ( United Nations Confidence Restorations Operation) (Croacia)	Março/1995 a Janeiro/1996	O Brasil contribuiu com observadores militares e um observador policial.
UNMOP <sup>17</sup> (United Nations Mission of	Fevereiro/1996 a Dezembro/2002.	Contribuiu com pessoal Militar.

<sup>15</sup> UNITED NATIONS. UNFICYP. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/mission/Unficyp/>>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>16</sup> UNITED NATIONS. UNCRO. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/Uncro.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/Uncro.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>17</sup> UNITED NATIONS. UNMOP. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/Unmop.html>>. Acesso em 25 abril.2015.

Observer in Prevlaka) (Peninsula  Prevlaka- Croacia) Substituiu a UNCRO.		
UNAMIR <sup>18</sup>  (United nations Assistance Mission for Rwanda.  (Ruanda)	Outubro/1993 Março/1996	a Contribuiu com o pessoal militar e policiais civis.
UNPROFOR <sup>19</sup>  (United nations Protection Force)  (Ex-Iugoslácia)	Fevereiro/1992 março/1995.	a Contribuiu com Observadores militares e policiais.  Participou com trinta e cinco observadores militares e dez observadores policiais.
UNTAES <sup>20</sup> (United Nations Transitional Authority in Easter Slavonia, Baranja and Western Sirmium) (Croacia)	Janeiro/1996 a Janeiro/1998.	Contribuiu com observadores militares e observadores policiais.

Fonte: Brigido (2010).

No governo do Fernando Henrique, o Brasil continuou participando ativamente das missões de Paz com essas participações mostrava que o Brasil era um país pacífico e prezava pela manutenção da paz. O Brasil foi eleito somente uma vez para ocupar a cadeira de membro não permanente no conselho de segurança, no biênio 1998-1999, mas mostrou-se bastante empenhado no seu discurso perante a assembleia Geral. (BRIGIDO,2010).

## **7 BRASIL E A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência em 1 de janeiro de 2003, pós o governo de Fernando Henrique, e a sua luta pelo assento permanente continuou. Ele sempre abordou a questão da reforma do conselho de segurança da ONU. Não foi diferente durante o discurso quando falou sobre o problema da falta de representatividade do Órgão. “Defenderemos um conselho de segurança reformado, representativo da realidade com os países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.” (SILVA, 2003 apud BRIGIDO, 2010, p. 169).

A questão da reforma sempre esteve nas metas de Lula. É importante se recordar que no ano de 2003 o tema foi bastante discutido, em razão do conflito no Iraque e da ineficácia da ONU. Em 2003 ocorreu alguns encontros que trataram do tema da reforma. No mês de abril durante uma visita ao presidente da Bolívia, Gonzalo Sanches de Lozada, em que foram tratadas questões comerciais e de cooperação no setor energético e de infraestrutura tal presidente afirmou que apoiaria a reforma do conselho, bem como a candidatura do Brasil. Nesse sentido assinalou o presidente Lula: “Por isso quero na frente da Imprensa Brasileira,

<sup>18</sup> UNITED NATIONS. **UNAMIR**. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/UnamirF.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/UnamirF.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>19</sup> UNITED NATIONS. **UNPROFOR**. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/Unprofor.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/Unprofor.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>20</sup> UNITED NATIONS. **UNTAES**. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/Untaes\\_p.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/Untaes_p.htm)>. Acesso em 25 abril.2015.

Presidente agradecer o seu gesto e dizer que se o Brasil for indicado como membro não permanente do conselho de Segurança da ONU, pode ficar certo de o que o Brasil não irá envergonhar nenhum país da América do Sul.” (SILVA, 2003 apud BRIGIDO, 2010, p. 171).

Lula, nessa mesma linha fez uma visita à Liga dos Estados Árabes e nessa visita o presidente mencionou a questão da reforma da ONU, ligando o assunto com os diversos conflitos que ocorreram no Oriente Médio, ele não falou explicitamente sobre a candidatura brasileira mas relatou que o Brasil sempre lutou para manter a paz naquele continente. Percebe-se que o Brasil sempre buscou alguns apoios presidenciais para chegar no seu objetivo, que era o assento permanente e mesmo com todas essas visitas, acabava falhando. É importante salientar que no governo do Lula, foi criado o grupo G-4 formado por, Brasil, Alemanha, Japão e Índia, que juntos buscavam tratar o assunto sobre a reforma do Conselho de Segurança e em especial conseguir o assento permanente para os quatro países. (BRIGIDO, 2010).

Ainda segundo a autora, nos oito anos de mandato do presidente Lula, sempre procurou, viajar, fazer visitas para outros presidentes, era bem carismático para conseguir o que desejava mas não foi o suficiente, para os países que já tinham o assento permanente, falavam que o Brasil somente queria o assento por questão de status e isso acabou dificultando.

No governo do Lula ele participou de algumas missões de paz (Figura 3):

Figura 3 – Participações do Presidente Lula nas missões de paz.

OPERAÇÕES DE PAZ	DURAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
MINURCAT <sup>21</sup> (United Nations Mission in Central African Republic and Chad) (Central African Republic and Chad)	Início em 25 de Setembro de 2007.	Contribuiu com pessoal Militar. Participou com dois observadores Militares.
UNMIS <sup>22</sup> (United Nations Mission in Sudan) (Sudão)	Início em 25 de março de 2005.	Contribuiu com pessoal Militar e policiais Civis.
UNOCI <sup>23</sup> (United Nations Operation in Côte d'Ivoire)	Início em 4 de Abril de 2004	Contribuiu com o pessoal Militar. O Brasil participou com sete Militares: Estado-Maior da força de paz: um da Marinha, um do exército e um

<sup>21</sup> UNITED NATIONS. **MINURCAT**. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/Minurcat/>>/ Acesso em 25 abril.2015.

<sup>22</sup> UNITED NATIONS. **UNMIS**. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/dpko/missions/unmis/facts.html>>. Acesso em 25 abril.2015.

<sup>23</sup> UNITED NATIONS. **UNOCI**. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unoci/>>. Acesso em 25 abril.2015.

(Costa do Marfim) Substituiu a MINUCI.		da força aérea. Observador Militar: três do exército e um da Marinha.
---	--	---

Fonte: Brigido (2010).

Percebe-se que o Brasil veio participando intensamente nas missões de Paz, mas sempre com a finalidade de conseguir o assento. No governo do presidente Lula, o Brasil foi eleito duas vezes para ocupar a cadeira de membro não permanente no Conselho de Segurança, a primeira em 2003 e a segunda em 2009. No governo Lula, o Brasil se mostrou bem empenhado e havia uma grande expectativa que ocorresse uma reforma e por mais que o Brasil ocupasse o posto de membro não-permanente, o que o ajudou no seu empenho é bem provável que foi a questão das negociações. (BRIGIDO,2010)

## **8 BRASIL E A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: GOVERNO DILMA ROUSSEFF**

Dilma Rousseff assumiu a presidência em 1 de janeiro de 2011, e continuou a corrida pelo assento permanente, não igual aos outros presidentes mas tentou em alguns encontros falar a respeito da reforma.

Em 2011 com a visita do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama ao Brasil, a Presidente Dilma, cobrou a reforma do Conselho de Segurança em discurso no Palácio do Planalto em Brasília, Dilma disse que uma “reforma é fundamental.” Segundo Dilma (2011 apud MESTIERI; RAMALHO, 2011): “Temos pleiteado a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. Aqui não nos move o interesse da ocupação burocrática da representação. O que nos mobiliza é a certeza de que um mundo multilateral produzirá benefícios para a paz e a harmonia.

Após a presidente fazer o seu discurso, foi a vez do presidente Barack Obama, ele respondeu aos apelos feitos pela presidente mas não declarou explicitamente apoio ao Brasil para ter uma vaga permanente na ONU. (MESTIERI; RAMALHO, 2011).

Como nos outros mandatos todos os presidentes participaram de missões de Paz junto a ONU, a Presidente Dilma, se manteve na mesma linha em dados momentos, embora a política externa dela seja fraca mas segue os passos dos outros presidentes, por exemplo, desde 2011 o Brasil participa UNAFIL a Missão de Paz no Líbano<sup>24</sup> com alguns militares até no ano de 2016. (MISSÃO... , 2015).

Uns dos erros da presidente foi diminuir o envolvimento brasileiro nas questões Internacionais, reduzindo o número de admissão de diplomatas no ano de 2014, sendo que no governo do Lula era 100 vagas por ano e no governo da Dilma de 18 apenas, a presidente se distanciou grandemente do Itamaraty no seu governo, cortou os orçamentos e diminuiu o número de viagens feitas. (FELLET, 2013).

Segundo ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero “o prestígio internacional do país diminuiu no atual governo, o que atribui também ao fraco desempenho da economia. ‘Na época do Lula, havia uma percepção de que o país ia muito bem, hoje, a situação mudou muito.’” (RICUPERO apud FELLET, 2013).

<sup>24</sup> UNIFIL - Militares que vão integrar missão da ONU no Líbano recebem orientações no Ministério da Defesa(2014). Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/17123/-UNIFIL---Militares-que-vao-integrar-missao-da-ONU-no-Libano-recebem-orientacoes-no-Ministerio-da-Defesa-/>>. Acesso em 26 abr.2015.cx

Em longo prazo, o impacto mais prejudicial para o Brasil é o de que a reversão de Dilma tornará difícil para qualquer sucessor convencer outros países a levar o engajamento global brasileiro a sério. Observadores inevitavelmente indagarão se as ambições de maior participação do país são um modismo a ser desconsiderado por uma presidente que pouco aprecia os assuntos internacionais. (STUENKEL, 2014).

Em setembro de 2014, no discurso da Assembleia Geral da ONU, menciona mais uma vez sobre a reforma do Conselho de Segurança da organização para que fosse mais representativa e eficaz, sendo os países permanentes: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China uma composição que em grande parte reflete o equilíbrio de poder global logo após a 2ª Guerra Mundial. (DILMA... , 2014).

“O Brasil, e outros países, defendem a reforma do órgão da Organização das Nações Unidas de forma a representar melhor o novo cenário global, incluindo a América do Sul, a África e outros países que cresceram desde o fim da guerra.” (DILMA..., 2014).

No segundo mandato da presidente, ocorreu um fato muito marcante que perdeu mais a credibilidade Internacional, sendo a questão do Brasil, dever para a ONU uma soma de R\$ 662 milhões (cerca de US\$ 258,6 milhões), e com isso o Brasil perdeu seu direito de voto desde o dia 1.º de janeiro de 2015. O Itamaraty não pagou suas contas desde 2012, com isso perdeu o direito de voto na Assembleia das partes do Tribunal Penal Internacional, não podendo eleger juízes e nem votar sobre o orçamento da entidade.

“Em Viena, na sede da entidade, o Brasil já foi excluído de votações importantes sobre a questão nuclear do Irã, país que justamente viu a mediação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tentar fechar um acordo, em 2010.” (DÍVIDA..., 2015).

A presidente Dilma, não se engajou tanto para conseguir o assento como ela poderia, pois a entrada do Brasil como Membro permanente começou a ser bem defendida no governo de Fernando Henrique Cardoso, e depois ganhou força com Luiz Inácio Lula da Silva, ela deveria dar continuidade com mais força e não foi o que ela fez.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse contexto verificou-se muitas manobras da política externa brasileira para obter um lugar no assento permanente da ONU. Desde a busca e mérito de Rui Barbosa apostando na inserção do Brasil no Cenário Internacional, percebemos a política subjacente que o Brasil propagou em suas campanhas, sendo notável no Governo Epiácio Pessoa, em plena Conferência da Paz, o Brasil reclamava as perdas de sacas de café, e de Artur Bernardes em busca de prestígio interno. Já no Governo de Vargas, em 1945, o estudo se classifica como a falta de engajamento e eficácia, perante a oportunidade lançada pelos Estados Unidos na reforma do Conselho. Nesse contexto a política externa, foi analisada, buscando uma maior autonomia e autodeterminação.

Após tantas decepções, o Brasil volta a se interessar no Governo de Itamar Franco, que não teve como objetivo principal a política externa Brasileira, porém foi nesse período que o Brasil obteve novamente atenção internacional. O contexto histórico interno em que o Brasil se encontrava não permitiu projeções melhores no cenário internacional. Por questão temporárias na presidência, assumindo um governo interno muito complicado, concentrando a preocupação nos problemas internos devido a fragilidade da situação. E nesse contexto, Celso Amorim foi nomeado como Ministro das Relações Exteriores, fazendo grandes mudanças, marcando a volta pelo interesse no assento permanente da ONU, participando de missões de paz, formalizando oficialmente a candidatura brasileira, onde ressaltou os principais

fundamentos, do porque o Brasil deveria ser membro permanente. Com essas manobras deixadas por Itamar, Fernando Henrique Cardoso, em seu governo coincidiu com o cinquentenário das Nações Unidas, onde ele discursou na Assembleia, e de forma sutil abordou a questão da Reforma do Conselho. Cardoso tendo uma autonomia integralizada ele procurou fazer parcerias e alianças com outros presidentes para conseguir atingir as manobras buscando apoio internacional, na busca pelo Assento Permanente, mas a falta de engajamento, conflito econômico interno, foi mais uma vez apenas uma tentativa com falta de empenho.

Somente no Governo de Lula, percebemos um maior engajamento, para inserção do Brasil no cenário Internacional, com muita eficácia, estratégia em busca de parceiros do Sul, trabalhando uma diplomacia multilateralista, diversificada, com maior poder de barganha conhecida, pela política de Prestígio ou Soft Power. Porém ainda uma política subjacente, onde foi formado o G-4, com a tentativa de retomar a discussão sobre a reforma do Conselho. Dilma Rousseff, não projeta tanta eficácia e prioridade no assento permanente da ONU. Continuou, a busca histórica, para o assento permanente de uma maneira mais fraca, sem muita objetividade.

Por fim nesse estudo breve, nota-se que os esforços da diplomacia, esmoreceu por falta de posicionamento e novas orientações da política externa. Verificou-se que a falta de poder financeiro, poder militar, o não apoio dos países vizinhos da América do Sul, a falta de política clara do Brasil, o endividamento na ONU, não deu a credibilidade internacional buscada pelo Brasil, projetando uma visão negativa nas Relações Internacionais, onde o governo brasileiro não é levado a sério pelas grandes potências, por muitas razões, estudadas nesse artigo.

O Brasil apesar da frustrante busca, pode sim ser uma ator relevante entre as grandes potências, para isso deve abandonar os atributos domésticos, ter uma política clara, levando com mais seriedade e engajamento aos assuntos da ordem internacional.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Letícia Cunha de. O Brasil em busca de um assento permanente no conselho de segurança: análise construtivista da política externa de 1945 A 2011. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GOVERNANÇA E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS, 1. 2012, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2FArquivo%2Fdownload%3FID\\_ARQUIVO%3D466&ei=pnlBVbiWOZPnsATPzIH4Cw&usg=AFQjC NF3VyhCAD7lBdbB1s8HcAVPs62jAQ&bvm=bv.92189499,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2FArquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D466&ei=pnlBVbiWOZPnsATPzIH4Cw&usg=AFQjC NF3VyhCAD7lBdbB1s8HcAVPs62jAQ&bvm=bv.92189499,d.cWc)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ARAÚJO, Cecília. **Assento fixo na ONU ainda é sonho distante para o Brasil**. Veja, 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/assento-fixo-na-onu-ainda-e-sonho-distante-para-o-brasil/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292006000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000200002)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRAGA, Paula Lou`ane Matos. O Governo Bernardes e a Liga das Nações. **Sbpcnet**, 2006. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_2384.html](http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_2384.html)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégia da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22990/000740375.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CERVO, Amado Luiz (Org.). **O livro na rua 11: o Brasil e o Conselho de Segurança**. Brasília, DF: Thesaurus, 2009. (Biblioteca do cidadão. Diplomacia ao alcance de todos). Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/542-Livro-Na-Rua-11-O-Brasil-e-o-Conselho-de-Seguranca.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

DILMA pede reforma do Conselho de Segurança da ONU. **Terra**, 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/dilma-pede-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu,23a8f923d08a8410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

DÍVIDA derruba direito de voto do país na ONU. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jan. 2015. Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/divida-derruba-direito-de-voto-do-pais-na-onu-ajaksebt4ljm3l2vkt7womdq>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

FELLET, João. A diplomacia perdeu espaço no governo Dilma. **BBC**, 2013. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130826\\_diplomacia\\_dilma\\_pai\\_jf](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130826_diplomacia_dilma_pai_jf)>. Acesso em: 26 abr. 2015.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GOMES, Eduardo Biacchi; WINTER, Luís Alexandre Carta. A diplomacia brasileira e a ONU. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 mar. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/a-diplomacia-brasileira-e-a-onu-0lrkfl01ea019w79i83lo6a9y>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

HAAG, Carlos. A dança das cadeiras da ONU. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 197, jul. 2012. Disponível em: <[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/07/Pesquisa\\_197-25.pdf?b3ba8e](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/07/Pesquisa_197-25.pdf?b3ba8e)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MESTIERI, Gabriel; RAMALHO, Renan. Dilma cobra Obama por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU: presidente dos Estados Unidos não declarou apoio explícito



às ambições brasileiras. **R7**, 2011. Disponível em:  
<<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/dilma-cobra-obama-por-assento-permanente-no-conselho-de-seguranca-da-onu-20110319.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

MISSÃO da ONU no Líbano tem nova liderança brasileira. **Portal Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/02/missao-da-onu-no-libano-tem-nova-lideranca-brasileira>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PASSOS, Anaís; CORÁ, Camilla; AMAZARRAY, Igor. Discurso, prática e poder: o Brasil na Liga das Nações. **Interação (Curitiba)**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.72-85, jul. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/interacao/article/view/12695>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a04.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. A perspectiva brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança. **Academia**, c2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/4286275/A\\_perspectiva\\_brasileira\\_sobre\\_a\\_reforma\\_do\\_Conselho\\_de\\_Seguran%C3%A7a](http://www.academia.edu/4286275/A_perspectiva_brasileira_sobre_a_reforma_do_Conselho_de_Seguran%C3%A7a)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

STUENKEL, Oliver. O Brasil está abandonando suas ambições globais? **Brasil post**, 2014. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/oliver-stuenkel/o-brasil-esta-abandonando\\_b\\_4810823.html](http://www.brasilpost.com.br/oliver-stuenkel/o-brasil-esta-abandonando_b_4810823.html)>. Acesso em: 26 abr. 2015.